



## Impacto demográfico sobre primatas em Unidades de Conservação por Febre Amarela

*Marcos de Souza Fialho CECAT*

*CPB*

[Marcos.fialho@icmbio.gov.br](mailto:Marcos.fialho@icmbio.gov.br)

### Resumo

A Febre Amarela (FA) já foi citada como um dos fatores, dentre outros, como a caça e a degradação de hábitat, que promove a redução de densidade e de tamanho dos grupos de primatas em especial do gênero *Alouatta* (bugios e guaribas). A ausência ou as reduzidas densidades de bugios no planalto médio gaúcho já foi especulada como produto de surtos históricos de FA. Considerando que as espécies de primatas no Rio Grande do Sul, como no resto do Brasil, já estão sujeitas a diversas interferências antrópicas negativas, que reduzem e isolam populações, a ocorrência de epizootias letais pode ser determinante para a extinção de populações locais e até mesmo de espécies. No verão de 2008/2009, um surto se abateu sobre o centro-sul do Brasil, com maior intensidade nos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul. Neste Estado, a Emergência de Saúde Pública de

Importância Nacional (ESPIN) de FA teve início em novembro de 2008, sendo confirmados 19 casos em humanos em sete meses (BRASIL, 2009a, [www.saude.rs.gov.br](http://www.saude.rs.gov.br)). Em São Paulo, a ESPIN de FA teve início em março de 2009, registrando até abril, 22 casos humanos confirmados (BRASIL, 2009b). Nestas duas Unidades Federativas, entre setembro de 2008 a abril de 2009 também foram notificados casos de mortes e suspeitas de epizootias por FA em primatas do gênero *Alouatta*. Estima-se que pelo menos 83 primatas morreram em 26 municípios de São Paulo. No Rio Grande do Sul registrou-se a morte de mais de 1.600 primatas em 117 municípios. O número real de animais mortos pode ser muito maior, tanto pela manifestação do surto quanto pelas mortes provocadas por populares receosos de contágio.

A FA é uma doença infecciosa aguda, não contagiosa, de natureza viral, que se mantém endêmica ou enzoótica nas regiões tropicais da América do Sul e

Central e da África. No Brasil, a doença tem caráter sazonal, ocorrendo mais frequentemente entre os meses de janeiro a abril, quando fatores ambientais (maior precipitação e temperatura) propiciam o aumento da densidade dos vetores. Em função da posição central que os primatas ocupam no seu ciclo, estes não podem ser considerados reservatórios do vírus, mas sim hospedeiros. Os mosquitos, ao contrário, além de serem transmissores, são reservatórios. Evidências sugerem que outros animais, possam ter papel secundário no ciclo de manutenção viral. Os primatas têm um papel fundamental no controle da FA em humanos, sendo consideradas pelo Ministério da Saúde "sentinelas". A observação de mortes de macacos com suspeita de FA serve como sinalizador para o eventual risco do aparecimento da doença na população humana, possibilitando a adoção de medidas profiláticas.

No Rio Grande do Sul ocorrem duas espécies de bugio, o *Alouatta guariba*, ou bugio-ruivo e o *Alouatta caraya*, ou bugio-preto e uma espécie de macaco-prego, o *Cebus nigrinus*. O macaco-prego e o bugio-ruivo estão presentes nos ecossistemas associados à Mata Atlântica, do leste ao centro do Estado. Do centro para o oeste, nas matas ciliares e "capões" de mata do bioma Pampa, encontra-se o bugio-preto. Estes dois bugios são citados na Lista Oficial das Espécies Ameaçadas de Extinção no Rio Grande do Sul. A propagação do vírus no Rio Grande do Sul ocorreu no sentido oeste-leste, logo a mortandade ocorrida abrangeu num primeiro momento, o bugio-preto e estendeu-se ao bugio-ruivo.

Em março de 2009, 134 cidades do Estado estavam em estado de alerta

para a FA. Quase dois milhões de pessoas foram vacinadas. Com o fim do verão, aparentemente, a expansão do vírus cessou. Há poucas informações que quantifiquem ou expressem a magnitude dos danos causados em populações de primatas neotropicais por eventos desta natureza. Informação relevante para a confecção ou revisão de listas oficiais de espécies ameaçadas, e essenciais para as modelagens que subsidiam as Análises de Viabilidade Populacional (AVP) para primatas. Por fim, este estudo busca estimar a magnitude do impacto do surto de FA sobre as populações de primatas em Unidades de Conservação do estado do Rio Grande do Sul.

Para verificar a ocorrência do surto de FA nas UC, e suas zonas de entorno, no estado do Rio Grande do Sul, bem como, avaliar a intensidade deste surto em cada localidade, entre 26 de maio e 2 de junho e 27 de setembro e 1 de outubro de 2010, foram visitadas todas as UC de Uso Sustentável ou de Proteção Integral, minimamente implantadas, com ocorrência registrada ou potencial de primatas, situadas a oeste do meridiano 51º. Este recorte decorre do fato de não haver registros de casos humanos ou mortes de primatas a leste deste meridiano.

A presente avaliação foi realizada por meio de vestígios e entrevistas com residentes do entorno ou da própria unidade, funcionários das unidades e agentes locais de saúde ou de extensionismo rural. As entrevistas foram informais, e buscava-se informações não só atuais mas históricas com relação a outros surtos. Foram visitadas 11 Unidades de Conservação. Destas, três não possuem presença de primatas, outras três abrigam populações de bugio-preto, quatro de bugio-ruivo e macacos-pregos estão presentes em três UC.

Felizmente a única unidade comprovadamente impactada pelo surto de FA foi o PE Espigão Alto. Os dados sugerem que o impacto nas populações em UCs não foi tão drástico

como era esperado. Embora tenha praticamente extinto o bugio-ruivo em uma unidade de conservação estadual.